

## Ensino superior em debate na Universidade do Minho

# Crescente aumento do número de diplomados à procura do primeiro emprego

201

O aumento da procura do primeiro emprego por parte de diplomados tem vindo a aumentar ultimamente, devido ao volume anormal de pessoas saídas da Universidade nos últimos anos e a baixíssima capacidade de absorção do mercado de trabalho, disse, em essência, o dr. Silva Pereira, da Direcção-Geral do Ensino Superior, na última sessão de trabalho da reunião do grupo do Conselho da Europa dedicado aos problemas do ensino terciário. Nas sessões anteriores deste encontro, que tem decorrido na Universidade do Minho, tinham sido debatidos problemas relacionados com o acesso à Universidade e com a carreira universitária no nosso país.

Uma análise global da evolução do ritmo de diplomados nos últimos anos e, paralelamente, das actuais dificuldades de emprego em certas categorias daquele grupo, disse o dr. Silva Pereira, parece permitir concluir que, a um primeiro período em que a procura de novo emprego era superior à do primeiro, se sucedeu uma fase em que a tendência é para a estabilização no primeiro caso e para um aumento no segundo. Segundo o con-

ferencista, actualmente tende-se ainda para uma desmitificação dos diplomas e para uma maior adequação dos diplomados às necessidades reais, através da vocacionalização do ensino secundário complementar, da criação do ensino superior de curta duração e da perspectivação da educação concebida como política educativa e de emprego.

### A introdução do «numerus clausus»

Numa sessão anterior, o prof. Jorge Silva, da Universidade Técnica de Lisboa, e o dr. Alonso Costa, adjunto do director-geral do Ensino Superior, tinham apresentado uma comunicação sobre o acesso ao ensino superior em Portugal, em que fizeram pormenorizada análise crítica à introdução do sistema de «numerus clausus». Esta deveu-se, segundo os autores, à degradação pedagógica de várias escolas, motivada pelo excesso de alunos; ao excesso de diplomados nalguns sectores do mercado de trabalho; e à necessidade de assegurar o crescimento progressivo e harmónico das novas universidades.

A comunicação apresentada referia que, enquanto em 1965, por

exemplo, o numero total de alunos inscritos no ensino superior era de 25 608, com 5356 primeiras inscrições, em 1974 os numeros eram de 52 405 e de 12 262, respectivamente, e em 1976 78 420 e 24 193; isto é, em 1976, o numero de primeiras inscrições era inferior em apenas cerca de 1500 alunos ao numero total de alunos de 1965.

No debate que se seguiu, foi estabelecida comparação com algumas experiências dos países mediterrânicos, com relevo para os casos da Grécia e Turquia, onde se pratica o regime de «numerus clausus» generalizado com concurso nacional para o acesso, situando-se o numero de admissões ao nível dos 20 a 25 por cento do total de candidatos inscritos. Em Itália, onde o sistema de acesso é livre, foi reconhecida pelo participante italiano a existência de uma degradação da qualidade dos cursos.

A discussão incidiu, ainda, sobre o carácter permanente ou temporário do «numerus clausus». Na opinião de alguns dos participantes, com relevo para o participante susco, o «numerus clausus» deve ser considerado como uma medida de carácter penma-

nente, tendo em vista, nomeadamente, não a limitação global do numero de estudantes a admitir, mas a sua enal correcta distribuição em função da capacidade do sistema e das necessidades do mercado de trabalho.

Uma outra comunicação, apresentada pelo secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica, prof. Arantes e Oliveira, mereceu a concordância dos participantes, nomeadamente quanto à urgência da promulgação do projecto do estatuto da carreira docente universitária. O autor traçou uma panorâmica da situação daquela carreira, referiu-se ao pouco tempo concedido pelos docentes à Universidade, devido à necessidade de recorrerem a outros empregos estranhos à docência (justificando esta afirmação com gráficos indicadores da diminuição real dos vencimentos), e apresentou os pontos fundamentais do referido projecto: elaborado pelo MEC, e cuja promulgação tem sido insistentemente pedida pelas universidades e seus professores.

Os participantes da reunião terminaram os trabalhos com a discussão da agenda e metodológica do próximo encontro.

## Faculdade de Letras recusa reestruturação

pagico da Faculdade de Letras de Lisboa, reunidos em plenário, no dia 25, rejeitaram o decreto de reestruturação do ministro Sottomayor Cardia «por razões científicas e pedagógicas», conforme o texto publicado, no final dos trabalhos. Ao mesmo tempo estabeleceram como período de inscrição os dias 6 a 20 de Novembro, devendo as aulas principiar em 27 do mesmo mês.

Aqueles órgãos directivos de Letras, segundo o teor da moção aprovada, «consideram o decreto de reestruturação atentatório da Conselhos Científicos e Pedagógica da escola» o que implica a revogação imediata do despacho 204/78 e, a curto prazo, do decreto 53/78.

Nesta linha de actuação, os Conselhos Científica e Pedagógico ordenam que «os diversos departamentos que integram estes conselhos, deverão procurar as soluções curriculares possíveis nos respectivos cursos, tendo em conta a necessidade urgente do funcionamento da escola».

Entretanto, estão marcadas as inscrições nos respectivos departamentos entre os dias 6 e 20 de Novembro para que as aulas possam ter início no dia 27 do mesmo mês.

### «Uma atitude ue se impunha»

«Não se poderia esperar outra resolução perante o atentado de degradação científica e pedagógica que o decreto no seu conjunto, representava, lê-se num comunicado, tomado publico pelo Departamento de Estudos Clássicos de Letras, proposto da rejeição da reestruturação da responsabilidade do ministro Cardia.

«De lamentar será — continua o mesmo comunicado — que varios meses tenham sido necessários para se chegar a esta atitude, quando ela se impunha

liminarmente, e havia um consenso generalizado na escola a exigí-la».

Assim sendo, «os planos que o Departamento de Estudos Clássicos propõe para funcionarem no ano lectivo 78-79 serão

## Universidade de Férias de Macau entrará em funcionamento em 1979

Macau tem sido, nos últimos dias, ponto de encontro de cientistas e intelectuais, representantes de vários organismos patrocinadores da Universidade Internacional de Férias, instalada naquele território de administração portuguesa e que se prevê que entrará em funcionamento em Outubro de 1979.

Na sequência das diligências iniciadas há um ano pelo prof. Almerindo Lessa, presidente da comissão instadora da referida Universidade, a presença desses cientistas e intelectuais irá contribuir para a ultimateção de programas para o primeiro ano de actividade daquele centro cultural, cujo inicio se prevê para Outubro-Novembro de 1979.

Segundo o prof. Almerindo Lessa, pretende-se efectivar, no próximo ano, quatro seminários e três exposições no ambito dos trabalhos da Universidade.

Destes, dois serão sobre segurança social — epidemiologia dos acidentes de estrada e sociologia de distrações, divertimentos e tempos livres — e outros dois sobre desenvolvimento humano, ocupando-se o primeiro de técnicas modernas de gestão e administração pública e o segundo de ecologia humana, urbana e concentração industrial.

De assinalar que nas reuniões preparatórias já verificadas, e cuja sessão final se efectua no domingo, tem participado varios cientistas e intelectuais portu-

guezes e estrangeiros, de que merecem referência, entre outros, o dr. Charles Deigado, embaixador extraordinário e plenipotenciário do Senegal em Lisboa; prof. Ario de Azevedo, reitor do Instituto Universitário de Évora; prof. Candido Mendes, reitor da Universidade; Candido Mendes, do Rio de Janeiro; prof. Frank King, director do Centro de Estudos Asiáticos da Universidade de Hong-Kong; prof. Fernando Real, presidente da Junta de Investigação Científica do Ultramar (JIGU); prof. Jacques Ruffie, do Colegio de França; prof. Keiichi Omoto, professor de Antropologia da Universidade de Tóquio; dr. Brito da Silva, presidente da Prevenção Rodoviária Portuguesa; dr. Rocha da Silva, medico cardiologista da Faculdade de Medicina de Lisboa e presidente do Serviço Nacional de Ambulancias; e prof. Shosuke Suzuki, da Faculdade de Medicina e do Departamento de Ecologia Humana da Universidade de Toquio.

Os apoios dados à nova Universidade

A Nova Universidade dispõe também já do apoio das Universidades Livre de Lisboa, de Toulouse, da ONU (Japão) e de Manila e ainda do Centro Europeu de Ecologia Humana (Genebra), Associação Internacional para o Estudo da Condi-

### Os apoios dados à nova Universidade

ção de Vida e Saude (Sofia), Centro Internacional de Gerontologia Social (Paris) e Organização Mundial da Saude.

Entretanto, em reunião realizada no ambito dos mesmos trabalhos, o prof. Almerindo Lessa revelou que o chanceler da Universidade Internacional de Férias seria o governador de Macau, e os vice-chanceleres, o presidente da Assembleia Legislativa, Carlos Pais de Assunção e Ho Rin, deputado da mesma Assembleia e presidente da Associação Comercial de Macau, importante elemento ligado a Pequim.

Por outro lado, num encontro, que reuniu as entidades que participam nestes trabalhos preparatórios do arranque da Universidade de Férias de Macau, o governador Garcia Leandro agradeceu, «a presença dos representantes de diversos países amigos, bem como a sua determinação de utilizarem os seus estorcos nos do Governo de Macau para se transformarem o território num centro de estudo e reflexão».

Referiu ainda a situação geográfica e politica de Macau, a sua tradicional convivência etno-sociopolitica e a riqueza da sua História, que tornam o território o lugar ideal para a concretização dum empreendimento deste genero. Salientou também que a ideia havia sido concebida pelo prof. Almerindo Lessa e, se bem que é difícil de materializar, a mesma tinha já recebido bom acolhimento não só local, como internacional.